

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2018

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS, criada pela Portaria nº 003/2018, com as suas alterações, torna público, para conhecimento dos interessados, que às **09:00** horas do dia **02** do mês de **Fevereiro** do ano 2018, na sede desta Associação, situada na Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 3.920, nesta cidade, serão recebidos e analisados os documentos de habilitação e as propostas de preços das licitantes relativas à TOMADA DE PREÇOS 001/2018, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL (TAXA DE ADM).

O procedimento licitatório será regido pela consolidada Lei nº 8.666/93 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e ainda pela Lei Complementar nº 123/06.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local, salvo comunicação do Presidente da Comissão em sentido contrário.

Integram este edital:

- a) Anexo I – Modelo de Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;
- b) Anexo II – Modelo de Qualificação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- c) Anexo III – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo;
- d) Anexo IV – Modelo de Declaração de Regularidade para com o Ministério do Trabalho;
- e) Anexo V – TERMO DE REFERÊNCIA;
- f) Anexo VI – Modelo Proposta Comercial
- f) Anexo VII – Minuta do Contrato;

1. DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ADMINISTRAÇÃO E EMISSÃO DE CARTÕES MAGNÉTICOS DE VALE ALIMENTAÇÃO PARA OS FUNCIONÁRIOS DA AMM DE CUIABÁ – MT E DO ERAMM EM BRASÍLIA – DF COM ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, Conforme anexo V

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta Licitação os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste

Edital e seus anexos.

2.2. Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:

2.2.1 Que estejam impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, durante o prazo da sanção aplicada;

2.2.2 Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

2.2.3. Que se encontrem em processo de dissolução, liquidação, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão, incorporação e sob concurso de credores;

2.2.4 Organizadas em consórcio;

2.2.5 Estrangeiras não autorizadas a funcionar no País;

2.2.6 Que tenham diretores, sócios ou representantes legais participando em mais de uma proposta;

2.2.7. Que possuam, em sua diretoria ou quadro técnico, funcionários vinculado a Associação Mato-grossense dos Municípios;

2.2.8. Enquadradas ou que tenha representante enquadrado nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/1993.

2.3. Caso seja constatada a ocorrência de quaisquer das situações referidas no item 2.2, ainda que a posteriores, a empresa licitante será desqualificada, ficando esta e seus representantes sujeitos às penas legais cabíveis.

2.4. Poderão participar da presente Licitação, quaisquer empresas que preencham os requisitos de Habilitação, expressos na Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, bem como que satisfaçam as condições estabelecidas no presente Edital de Tomada de Preços, encontram-se cadastradas no CRC – Certificado de Registro Cadastral da Associação em até 03(três) úteis anteriores a data de abertura do processo

.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1 No dia, horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, o representante da licitante deverá apresentar, em separado dos envelopes, documentos que o credencie a se manifestar, assinar e/ou rubricar documentos ou de responder pela empresa durante a sessão pública, devendo, ainda, identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

3.2 No caso de representação por sócio, proprietário, dirigente ou assemblado, tal condição deverá ser demonstrada mediante apresentação de documento de identificação civil, acompanhado de cópia autenticada do respectivo Contrato, Estatuto Social ou outro instrumento de constituição jurídica, devidamente registrado, no qual estejam expressos seus poderes para individualmente exercer direitos e assumir obrigações em nome da empresa.

3.3 No caso de representação por procurador, o credenciamento far-se-á por meio de instrumento público ou particular de procuração, neste caso com firma reconhecida em cartório, no qual conste expresse poder para assinar atas e planilhas, negociar valores, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente/outorgante com poder para tal outorga.

3.4 Será admitido apenas 1 (um) representante para cada licitante, não sendo admitida a participação de um mesmo representante legal para mais de uma empresa.

3.5 A licitante que se enquadre como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme os critérios estabelecidos na Lei Complementar nº 123/06, e que tenha a intenção de usufruir do tratamento diferenciado, deverá apresentar Declaração de Qualificação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, de acordo com modelo estabelecido no ANEXO II deste Edital.

3.6 Se a licitante não credenciar um representante estará abdicando do direito de recorrer dos atos da Comissão.

4. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE “HABILITAÇÃO” E “PROPOSTA DE PREÇOS”

4.1 Os documentos referentes à HABILITAÇÃO e à PROPOSTA DE PREÇOS deverão ser entregues, impreterivelmente, no dia, hora e local determinados neste Edital, mediante a apresentação de 2 (dois) envelopes não transparentes, fechados e indevassáveis, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, além do nome empresarial e CNPJ da licitante, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2018
[NOME EMPRESARIAL – CNPJ]

ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS
TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2018
[NOME EMPRESARIAL – CNPJ]

4.2. As licitantes apresentarão, fora dos envelopes mencionados no item 4.1, Declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme modelo estabelecido no ANEXO I deste Edital.

5. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

5.1 A documentação exigida nesta licitação, em língua portuguesa, deverá comprovar a habilitação jurídica, a regularidade fiscal, as qualificações técnicas e econômicas do licitante e ainda a demonstração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

5.2 Os documentos apresentados não serão devolvidos às licitantes, permanecendo como integrantes do processo licitatório.

5.3 Os documentos exigidos neste edital deverão estar com prazo de validade em vigor na data prevista para abertura dos envelopes de habilitação.

5.4 Não serão aceitos documentos oficiais sem prazo de validade expresse, nem os particulares sem indicação do tempo da ocorrência dos fatos neles contidos.

5.5 Os documentos que não contenham expresse o prazo de validade deverão ser apresentados acompanhados de declaração do órgão emissor informando essa condição de validade indeterminada.

5.6 Os documentos para habilitação são referentes à sede do licitante e, para os efeitos desta licitação, considera-se sede, a matriz ou o único estabelecimento da empresa.

5.7 A documentação exigida poderá ser apresentada no original ou através de impresso informatizado obtido via Internet.

5.8 A documentação também poderá ser apresentada através de cópia, produzida por qualquer processo de reprodução, autenticada por cartório competente;

5.9 A Comissão realizará autenticação de peças até 2 (dois) dias antes da data da abertura do certame.

6. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”

6.1 O Envelope "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO" deverá conter os seguintes documentos:

6.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

6.1.1.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, no caso de sociedade empresária;

6.1.1.2 No caso de sociedade por ações, apresentar também os documentos de eleição dos atuais administradores;

6.1.1.3 Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

6.1.1.4 Os documentos indicados nos itens 6.1.1.1. a 6.1.1.3 deverão estar acompanhados de todas as alterações e deles deverá constar, entre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatível com o objeto desta Tomada de Preços.

6.1.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

6.1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), pertinente ao ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;

6.1.2.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo de sua atividade e compatível com o objeto do certame;

6.1.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

6.1.2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos;

6.1.2.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Municipais;

6.1.2.6 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros;

6.1.2.6.1 Esta certidão não é necessária caso a certidão apresentada em atenção à exigência do item 6.1.2.3. já contemple as contribuições previdenciárias.

6.1.2.7 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS;

6.1.2.8 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

6.1.2.9 As certidões e certificado referidos nos itens 6.1.2.3. a 6.1.2.8. deverão ter validade na data da abertura da sessão pública desta licitação, com a ressalva do disposto no art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 (caput e parágrafos);

6.1.2.10 A Comissão de Licitação poderá consultar sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões e certificado, para confirmar a autenticidade dos documentos apresentados, conforme itens 6.1.2.1 a 6.1.2.9.

6.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

6.1.3.1 Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), expedida pelo distribuidor da sede da licitante, até 90 (noventa) dias antes da sessão de abertura desta licitação, se outro prazo não for definido nas próprias certidões.

6.1.3.2 Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

6.1.3.3 O Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado deverão ser apresentados em uma das seguintes formas:

6.1.3.3.1 Inscritos no Livro Diário, devidamente registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento;

6.1.3.3.2. Arquivados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou órgão equivalente.

6.1.3.4 Em relação à boa situação financeira, serão habilitados os licitantes que apresentarem os seguintes indicadores:

6.1.3.4.1 Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior do que 1, resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{ILG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \geq 1$$

6.1.3.4.2 Índice de Solvência Geral (ISG) igual ou maior do que 1, resultante da aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{ISG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \geq 1$$

6.1.3.4.3 Serão habilitados os licitantes que apresentarem ILG menor do que 1, desde que atendam as demais exigências e comprovem possuir valor de patrimônio líquido igual ou superior a 10% do valor estimado da contratação.

6.1.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1.4.1 Apresentar no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando a execução satisfatória de serviços similares ao objeto da presente licitação.

- a) Relação de Estabelecimentos Credenciados em todo Território Nacional.
- b) Declaração do próprio licitante de que, tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações, objeto da licitação e que concorda com as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.
- c) Certidão de registro/credenciamento junto ao PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, expedida pelo Ministério do Trabalho nos termos da Portaria PAT 03 de 01/03/202 e Decreto Federal 349 de 21/11/1991.

6.1.5 - OUTRAS COMPROVAÇÕES

6.1.5.1 - Declaração de que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes (ANEXO III);

6.1.5.2 - Declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não emprega menor de dezesseis anos (ANEXO IV).

7. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “PROPOSTA DE PREÇOS”

7.1 Não serão consideradas propostas apresentadas após a data e hora convencionadas para apresentação dos envelopes, nem propostas feitas por telex, telegrama, fax ou e-mail.

7.2 Não serão aceitas propostas e nem ajustes verbais de qualquer natureza. Como proposta de preços, o licitante deverá apresentar no envelope, em 01 (uma) via, os seguintes documentos:

7.2.1 Proposta datilografada ou impressa, em língua portuguesa, folhas numeradas, rubricadas e assinada na última, sem rasuras, borrões ou entrelinhas, e na expressão monetária vigente no país;

7.2.1.1 No preço deverão estar incluídas as despesas relativas às taxas, pessoal, impostos, seguros, material, encargos sociais e todas as demais incidentes sobre o objeto da licitação.

7.2.1.2 Declaração expressa em que seja mencionado o valor global da proposta comercial e o prazo de sua validade, que não será inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data de recepção dos envelopes de habilitação e de proposta de preços;

7.2.2 Os valores total e unitário propostos, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração deles, sob alegação de erro, omissão nem qualquer outro pretexto.

7.2.3 Somente no caso de ocorrer empate, depois de obedecido o disposto no art. 3º, § 2º, e

seus incisos, da Lei nº 8.666/93, a classificação far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual serão convocados todos os licitantes;

7.3 As propostas serão julgadas tomando-se por base o **MENOR PREÇO GLOBAL – MENOR PERCENTUAL DE TAXA DE ADMINISTRAÇÃO** e deverão ser entregues no local estabelecido neste instrumento convocatório até o dia e horário marcados para a abertura da sessão contendo os requisitos abaixo:

a) Especificação dos serviços, características técnicas, em conformidade com o presente Instrumento Convocatório e seus anexos.

b) **Taxa de Administração**, referente a cada unidade de cartão (preço unitário) e para totalidade do objeto da presente licitação (todos os cartões – preço global). A taxa de administração não poderá ser menor que 0% (zero por cento) e maior que 5% (cinco por cento) e deverá ser expressa em percentual com no máximo 02 (duas) casas decimais. Na taxa de administração proposta deverão estar contemplados todos os impostos, seguros, taxas, contribuições sociais e quaisquer outras despesas relacionadas com o objeto da presente licitação. A proposta deverá atender as disposições constantes no presente edital e seus anexos.

e) Declaração de se incluem nos preços propostos, todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, custos diretos e indiretos, mão de obra, equipamentos e materiais (se for o caso), despesas com transporte, bem como quaisquer outras, necessárias ou que possam incidir sobre a realização dos serviços.

f) Indicação do prazo de 24 (vinte e quatro) horas para atendimento e solução de problemas, com assistência técnica, contendo a descrição da metodologia e forma de atendimento.

g) Declaração de que a contratada possui rede de credenciamento em todo Território Nacional.

h) Declaração do licitante indicando que dispõem de instalações, aparelhamento e pessoal habilitado para o bom desempenho das atividades objeto deste certame.

7.4 As licitantes deverão considerar para estabelecer seus custos, as quantidades e valores distribuídos abaixo:

- a) Confeção de uma estimativa de até 90 (noventa) unidades de cartões com tecnologia *on line*, permitindo efetivação dos créditos sem intervenção do usuário para receber o benefício e sem utilização de postos de carga. Os cartões serão emitidos para os funcionários da AMM de Cuiabá – MT e do ERAMM em Brasília, porém, tal quantidade poderá sofrer alterações no decorrer do contrato.
- b) Os cartões terão os valores indicados na solicitação de serviços encaminhada pela AMM, a cada mês, sendo uma estimativa de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), dependendo do numero de cartões solicitados.
- c) A contratada não terá direito a ressarcimento por reemissão de cartão devido, em caso de extravio ou perda quando por culpa da contratada.
- d) A contratada deverá apresentar sempre que solicitada pela AMM a relação atualizada dos estabelecimentos credenciados, com nome, endereço e telefone.
- e) Todos os valores previstos neste edital devem ser expressos, tendo como referência a moeda corrente nacional.

8. EXAME E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

8.1 Recebidos os credenciamentos e envelopes de todos os licitantes, atestada a regularidade, o sigilo e a integridade deles e não havendo qualquer impugnação a este respeito sobre a qual deva manifestar-se imediatamente a Comissão, será dado início à abertura e exame da habilitação de cada um dos licitantes, pela ordem de apresentação deles.

8.2 Aberto o envelope da habilitação, os documentos nele constantes serão rubricados pelos membros da Comissão que, em seguida, os oferecerá ao exame e à rubrica dos representantes dos demais licitantes presentes no ato.

8.3 A Comissão, então, verificará a documentação apresentada e de pronto determinará se estão presentes todas as peças exigidas neste Edital.

8.4 Decidirá de pronto também as impugnações orais que se fizerem aos documentos examinados.

8.5 A Comissão, no entanto, se reserva o direito de verificar, na fonte emissora, a autenticidade dos documentos apresentados na habilitação.

8.6 Se a documentação estiver incompleta ou não atender ao disposto neste Edital ou se acatar impugnação oral feita por qualquer outro licitante, a Comissão inabilitará o licitante em questão e devolver-lhe-á o envelope da proposta de preços, sem que tenha sido aberto.

8.7 Feita a verificação e ultrapassadas as medidas preliminares, determinada a habilitação ou inabilitação de cada licitante, a Comissão inquirirá cada licitante que se tenha feito representar no ato sobre seu eventual interesse em renunciar ao direito de recorrer do julgamento da fase de habilitação.

8.8 Os licitantes representados no ato que renunciarem ao direito de recorrer do julgamento da fase de habilitação, serão expressamente nominados e serão identificados seus representantes, tudo constando da ata.

8.9 Se todos os licitantes estiverem representados no ato e todos tiverem renunciado ao direito de recorrer deste julgamento, a Comissão poderá passar à fase do julgamento das propostas, abrindo os envelopes respectivos.

8.10 Se não houver renúncia ao direito de recorrer por parte de todos os licitantes, a Comissão emitirá a ata do julgamento da habilitação e aguardará o prazo legal para eventual interposição de recursos.

8.11 Se houver interposição de recursos, a Comissão os processará na forma determinada pelo Art. 109 da Lei 8666/93.

8.12 Não havendo recursos, a Comissão atestará em ata correspondente e passará ao exame e julgamento das propostas.

8.13 Após a fase de habilitação, não serão considerados pedidos de retirada das propostas, ficando os licitantes vinculados a todos os seus efeitos obrigacionais, sujeitando-se ao processo até o final do certame.

8.14 A relutância da proponente em honrar as propostas já abertas será punida com a desclassificação.

8.15 Se todos os licitantes regularmente apresentados forem desclassificados ou todas as licitantes inabilitadas, a Comissão requererá a Autoridade Superior da AMM que autorize a notificação dos mesmos licitantes para que, no prazo de 08 (oito) dias úteis, tragam novos envelopes com documentação corrigida e adequada aos ditames deste edital;

9. EXAME E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

9.1 Ultrapassado o julgamento da habilitação, a Comissão passará ao exame das propostas de preços, abrindo os envelopes correspondentes dos licitantes habilitados, na fase anterior, na data previamente marcada e comunicada.

9.2 Na data marcada, presentes ou não os representantes dos licitantes, a Comissão atestará a integridade dos envelopes e promoverá a abertura destes, com a proposta de preços dos habilitados.

9.2.1 Diante do menor volume de trabalhos e do tempo de duração do julgamento da habilitação e tendo todos os licitantes, abdicado do direito de recorrer, que constará em ATA, devidamente rubricada por todos, nada impede que a Comissão passe imediatamente ao julgamento das propostas.

9.3 A documentação constante de cada envelope será rubricada pelos membros da Comissão que, em seguida, os exporá ao breve exame e rubrica dos representantes dos licitantes presentes.

9.3.1 Após a abertura dos envelopes das propostas de preços, não mais caberá desclassificação de licitante por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento dessa fase.

9.4 Isso feito, a Comissão dará por encerrada a participação dos licitantes e do público presente e passará ao exame e julgamento das propostas (art. 3º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93).

9.4.1 Serão desconsideradas as propostas que estiverem em desacordo com quaisquer das exigências do presente Edital, que impuserem condições diferentes das dispostas nele ou que apresentem cotações para quantidades divergentes das especificadas;

9.5 Havendo desclassificação da proposta de preços, a Comissão solicitará do representante da licitante desclassificada a sua desistência expressa de recursos, o que, se aceito, será circunstancialmente lançado em ata, a qual, obrigatoriamente, deverá conter a assinatura do representante da firma licitante que aceitou, expressamente, desistir do recurso do julgamento;

9.6 Se houver recurso do julgamento das propostas, proceder-se na forma prevista na Lei 8.666/93, em seu Art. 109.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 O julgamento da licitação efetuado pela Comissão será submetido à apreciação do Presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios, para deliberação quanto a adjudicação e homologação do objeto da licitação;

10.2 No caso em que a adjudicatária decair do direito à contratação do objeto desta licitação, o AMM poderá revogá-la ou convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificações, para contratar, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, obedecidas às normas federais em vigor quanto ao reajustamento, ou revogar a licitação.

11. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1 As despesas com a contratação do objeto desta licitação serão atendidas pelas dotações consignadas no seguinte crédito orçamentário:

ÓRGÃO:	01	ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS
UNIDADE:	03	COORD ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
ATIVIDADE:	2.003	MANUT. DAS ATIV. FINS DA COORD. ADM. E FINAN.
ELEMENTO:	3.3.90.39	OUTROS SERV. TERC. PESSOA JURÍDICA.

12. VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

12.1. O regime de execução do objeto deste contrato será de “empreitada por menor preço global”.

12.2. O pagamento será efetuado mensalmente, por meio de boleto bancário gerado pela Contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da efetivação dos créditos nos cartões dos funcionários da CONTRATANTE, mediante disponibilização eletrônica da documentação fiscal competente.

12.3. Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o mesmo só acontecerá após sua respectiva regularização.

12.5. O pagamento efetuado a vencedora do certame não a isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

13. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1 Dos atos praticados com respeito a esta licitação cabem Recursos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos seguintes casos:

13.1.1 Habilitação ou inabilitação de licitante, contado da publicação do ato no Diário Oficial dos Municípios, salvo se presentes os prepostos das licitantes, caso em que será comunicado diretamente aos interessados e lançado em ata;

13.1.2 Julgamento da "proposta de preços", contado da publicação do ato no Diário Oficial dos Municípios, salvo se presentes os prepostos das licitantes, caso em que será comunicado diretamente aos interessados e lançado em ata;

13.1.3 Anulação ou revogação desta licitação, contado da publicação do ato no Diário Oficial dos Municípios;

13.2 Dos atos praticados com respeito a esta licitação cabe, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, Representação, a contar da data da negativa de recebimento de recurso pela Comissão, bem como da data do julgamento definitivo do recurso pela autoridade superior, do qual não caiba recurso hierárquico;

13.3 Interposto o recurso, será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

13.4. Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração, inicia-se sem que os autos estejam com vista franqueada ao interessado.

14. DO REAJUSTE

14.1. Os preços (TAXA ADMINISTRATIVA) ofertados nas propostas não poderão ser reajustados.

14.2. Só serão pagos os serviços efetivamente solicitados, devidamente realizados e atestados.

14.3. Após o período de 12 (doze) meses poderá, a critério da AMM, haver a atualização de valores, utilizando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

15. DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

15.1. O prazo contratual será até 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, pelo limite máximo de até 60 (sessenta) meses, por meio de termo aditivo ao contrato nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e complementações.

15.2. A Execução dos serviços serão acompanhados e fiscalizados pela AMM, por meio de funcionário especialmente designado pela Presidência da AMM para o acompanhamento do contrato.

15.3. O prazo de implantação do sistema e de prestação de serviços de fornecimento de cartões eletrônicos alimentação deverão ser da seguinte forma:

- Prazo de entrega de novos cartões eletrônicos e senhas: até 10 (dez) dias úteis;
- Reemissão de cartões eletrônicos: até 07 (sete) dias úteis;

- Reemissão de senhas: até 07 (sete) dias úteis;
- Alimentação dos cartões: até 03 (três) dias úteis.

15.4. O atraso na prestação dos serviços permitirá a AMM anular a Ordem de Serviço ou mesmo a rescisão de instrumento equivalente independente de notificação ao fornecedor.

15.5. A AMM se reserva o direito de revogar o procedimento licitatório e rejeitar todas as propostas a qualquer momento antecedendo a assinatura do contrato, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, ou de anulá-lo por ilegalidade, sem que aos licitantes caiba qualquer direito à indenização ou ressarcimento.

16. DAS PENALIDADES

16.1. Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá aplicar à vencedora as seguintes penalidades:

- I - Advertência por escrito;
- II - Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de 10% (dez por cento) sobre a parcela inadimplida do contrato;
- III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a AMM, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

16.2. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da AMM, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com a contratante.

16.3. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a AMM reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

17. DAS ALTERAÇÕES E RESCISÃO

17.1. Os contratos oriundos deste Edital poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela AMM:

- a)** Quando houver modificação do projeto ou especificações, ou alterações das datas dos Shows para melhor adequação aos seus objetivos;
- b)** Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por este Edital;

II - por acordo das partes:

- a)** Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias superveniente mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, sem a correspondente contraprestação dos serviços;
- b)** O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

b.1) Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item b, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

b.2) Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem com a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para

mais ou para menos, conforme o caso.

b.3) Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contrato, a AMM restabelecerá, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

17.2. A inexecução total ou parcial do contrato, por parte da CONTRATADA, assegurará à CONTRATANTE o direito de rescisão nos termos do artigo 77, bem como nos casos citados no artigo 78 da Lei 8666/93, independentemente de interpelação judicial, sem que a CONTRATADA caiba qualquer indenização.

17.3. São motivos de rescisão do Contrato, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, na forma e com os efeitos previstos na Lei 8666/93, sem prejuízo das demais sanções:

a) O descumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos previstos neste contrato;

b) Paralisar os serviços sem justa causa e prévia comunicação à Administração.

c) Subcontratar total ou parcialmente o objeto contratado, sem prévia autorização da CONTRATANTE.

d) O atraso injustificado na conclusão dos serviços;

e) Decretação da falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA;

f) A Dissolução da sociedade;

g) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

h) Outros casos previstos na Lei nº 8.666/93.

17.4. No caso de rescisão unilateral, por inadimplência da CONTRATADA, à mesma caberá

receber o valor dos serviços no limite do que já fora executado.

17.5. No caso de rescisão bilateral, à CONTRATADA caberá o valor dos serviços executados.

17.6. Em qualquer das hipóteses suscitadas a CONTRATANTE não reembolsará ou pagará à CONTRATADA qualquer indenização ou outros direitos a seus empregados por força da Legislação Trabalhista e da Previdência Social.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

18.1. A licitante que vier a fornecer o objeto desta licitação ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos e supressões que, a critério da AMM se façam necessários no fornecimento objeto desta licitação nos limites estabelecidos na lei 8.666/93 e legislação posterior.

18.2. A AMM poderá revogar esta licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

I - A anulação do procedimento licitatório, por motivo de ilegalidade, induz à do Contrato, não gerando obrigação de indenizar;

II - No caso de desfazimento do processo licitatório fica assegurado o contraditório e a ampla defesa;

III - A nulidade não exonera a AMM do dever de indenizar o adjudicatário pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa;

18.3. A Comissão Especial de Licitação, nesta licitação, tem competência para dirimir quaisquer conflitos, em primeira instância administrativa, envolvendo as licitantes, inclusive

para decidir sobre todas as matérias inerentes a este Edital.

18.4. A contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos.

18.5. A Comissão Especial de Licitação poderá, em qualquer fase desta licitação, suspender os trabalhos, devendo promover o registro da suspensão e a convocação para continuidade dos mesmos trabalhos.

18.6. Eventuais violações de direitos relativos à patentes, marcas registradas ou industriais em relação aos equipamentos, objeto do contrato a ser firmado, será exclusivamente responsabilidade de cada contratado.

18.7. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

18.8. As licitantes que tiverem dúvidas de caráter técnico na interpretação deste Edital e seus Anexos deverão dirigir-se, por escrito, à Comissão Especial de Licitação, e somente serão aceitos até 05 (cinco) dias à data fixada para a apresentação dos Documentos de Habilitação e Propostas.

18.9. Não sendo formulados até esse prazo, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação dos Documentos de Habilitação e Propostas, não cabendo, portanto, às Licitantes, direitos a qualquer reclamação.

18.10. Consultas formuladas fora do prazo serão consideradas como não recebidas.

18.11. As interpretações, correções e/ou alterações elaboradas pela AMM serão comunicadas, por escrito, a todos que tiverem adquirido o Edital, por meio de e-mail, via telefone e avisos afixados no Mural da AMM, e ainda comunicações a serem retiradas no endereço constante neste Edital, e em se tratando de aditamentos, por meio de divulgação pela mesma forma que se deu o texto original do Edital, observadas as condições do parágrafo 4º do artigo 21 da Lei 8.666/93, artigo 43, parágrafo 3º.

18.12. Os esclarecimentos e as informações prestadas a quaisquer das licitantes serão sempre por escrito e estarão, a qualquer tempo, com vistas franqueadas nos Autos do processo licitatório.

18.13. O acolhimento para exame da Proposta e sua classificação não gera direito ao autor de qualquer delas na adjudicação dos objetos licitados.

18.14. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a AMM não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.15. Os licitantes deverão observar cuidadosamente todas as instruções, condições, projetos, normas, especificações e leis citadas neste edital e seus anexos.

18.16. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da AMM em contrário.

18.17. O foro competente para dirimir quaisquer conflitos surgidos na relação contratual a ser firmada com base no objeto desta licitação é o da Comarca de Cuiabá - MT, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

18.18. Quaisquer esclarecimentos referentes à presente licitação, poderão ser obtidos diariamente, na sede da AMM, setor onde funciona a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, na Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 3.920, CPA, Cuiabá - MT, ou ainda através dos telefones (65) 2123-1230, no horário de 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min.

Cuiabá, 17 de Janeiro de 2018.

Fábio Albuquerque da Silva
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

De acordo



Associação Mato-grossense dos Municípios

www.amm.org.br | ammpresidencia@gmail.com

Neurilan Fraga
Presidente da AMM



ANEXO I**MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

A
ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM

Ref.: Tomada de Preços n.º 001/2018

(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob n.º, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que cumpre plenamente aos requisitos de habilitação.

Por ser verdade assina a presente

..... de de 2018.

Razão Social da Empresa

Nome do responsável/procurador Cargo do responsável/procurador N.º do documento de identidade

ANEXO II**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

A
ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS

Ref.: Tomada de Preços n.º 001/2018

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob n.º, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 123/2006, especialmente no artigo 3º, na condição de [microempresa ou empresa de pequeno porte – especificar uma das condições], e que não se enquadra em nenhuma das vedações previstas no § 4º do artigo supracitado, estando apta a usufruir do tratamento diferenciado previsto em lei.

Por ser verdade assina a presente.

..... de de 2016.

Razão Social da Empresa

Nome do responsável/procurador Cargo do responsável/procurador N.º do documento de identidade

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

A
ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS

Ref.: Tomada de Preços n.º 001/2018

(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob n.º, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que inexistente qualquer fato impeditivo a sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público de qualquer esfera, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

Por ser verdade assina a presente.

....., de de 2018.

Razão Social da Empresa

Nome do responsável/procurador Cargo do responsável/procurador N.º do documento de identidade

ANEXO IV**MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PARA COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO (INCISO XXXIII, DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL)**

A
ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS

Ref.: Tomada de Preços n.º 001/2018

(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo)...., inscrita no CNPJ sob n.º, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal, e, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima) Por ser verdade assina a presente.

....., de de 2018.

Razão Social da Empresa

Nome do responsável/procurador Cargo do responsável/procurador N.º do documento de identidade

ANEXO V

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Contratação de empresa especializada na administração e emissão de cartões magnéticos de vale alimentação para os funcionários da AMM de Cuiabá – MT e do ERAMM em Brasília – DF com estabelecimentos credenciados em todo Território Nacional, compreendendo:

- a) Confecção de até 90 (noventa) unidades de cartões, para os funcionários da AMM de Cuiabá – MT e do ERAMM em Brasília, sendo que essa quantidade poderá sofrer alterações no decorrer do contrato.
- b) A critério da CONTRATANTE poderá, também, no decorrer do contrato ou suas posteriores prorrogações, haver solicitação de cartões refeição no lugar dos cartões alimentação e vice-versa.

2 – DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

2.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar sistema eletrônico que permita o gerenciamento e realização dos pedidos.

2.2. Caberá a CONTRATADA disponibilizar os créditos referentes aos cartões alimentação por sistema eletrônico diretamente no cartão, sem a necessidade de os funcionários da CONTRATANTE se dirigir a postos de recarga.

2.3. Os créditos individuais serão feitos no valor determinado pela CONTRATANTE por meio de sistema de pedidos da CONTRATADA, que possibilitará integração com a folha de pagamento da CONTRATANTE.

2.4. A CONTRATADA deverá apresentar solução imediata para atendimento às demandas emergenciais da CONTRATANTE, disponibilizando cartões temporários para atender novos funcionários admitidos, permitindo controle gerencial da CONTRATANTE via web.

2.5. Entrega e disponibilização de cartões, que deverão ser envelopados individual e nominalmente, constando, em seu corpo:

- a) nome da CONTRATANTE;
- b) nome do usuário;
- c) validade impressa no cartão (conforme legislação atual do Programa de Alimentação do Trabalhador)

2.6. A CONTRATADA deverá disponibilizar, em sistema eletrônico ou on-line relatórios gerenciais com as seguintes informações mínimas:

- a) Nome do usuário, número do cartão, data e valor do crédito concedido;
- b) Local, data e valor da utilização dos créditos pelos usuários na rede de estabelecimentos afiliados;
- c) Quantidade de cartões reemitidos por usuário.

2.7. Deverá ser disponibilizado para os usuários dos cartões os seguintes serviços:

- a) após cada transação, o saldo disponível deverá ser impresso no comprovante de venda;
- b) serviços via WEB para consulta de saldo do cartão, informação sobre novos créditos – data e valor; extrato constando a identificação do estabelecimento, valor e data da utilização; consulta de rede afiliada;

3. DOS ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS

3.1. A Contratada deverá manter rede de credenciados em número suficiente para o atendimento dos funcionários da AMM.

3.2. Considerando o disposto no item 1 “b” deste Termo de Referência, além dos supermercados e outros que recebam o cartão alimentação para pagamento de alimentos “in natura”, a CONTRATADA deverá ter credenciados restaurantes, redes de lanchonetes e/ou franquias do tipo “fast-food”, desde que atendam aos padrões estabelecidos no PAT –

Programa de Alimentação ao Trabalhador do Ministério do Trabalho e Emprego.

3.3. A CONTRATADA deverá apresentar sempre que solicitada pela AMM a relação atualizada dos estabelecimentos credenciados, com nome, endereço e telefone.

3.4. A CONTRATADA deverá reembolsar, pontualmente, os estabelecimentos comerciais pelo valor dos créditos utilizados durante o período de sua validade, independentemente da vigência do Contrato, ficando estabelecido que a Contratante não responderá solidária ou subsidiariamente por esse reembolso, que é da única e inteira responsabilidade da Contratada;

4 - DOS PRAZOS OPERACIONAIS

4.1. A partir da data do recebimento da solicitação a CONTRATADA deverá observar regularmente os prazos a seguir estabelecidos para operacionalização dos serviços:

- 1ª Entrega dos cartões: 10 (dez) dias úteis
- Demais entregas de cartões: 07 (sete) dias úteis
- Créditos nos cartões: 05 (cinco) dias úteis
- Reemissão de cartões: 07 (sete) dias úteis
- Reemissão de senhas: 07 (sete) dias úteis

.

ANEXO VI**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL****Processo de Licitação nº 003/2018 – Tomada de Preços nº 001/2018****Interessada: Associação Mato-grossense dos Municípios - AMM****Licitante:** _____**CNPJ** _____**Tel. Fax:** (____) _____ **E-mail** _____ **Tel.** (____) _____**Endereço:** _____

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE APROXIMADA DE FUNCIONÁRIOS	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%)	VALOR GLOBAL PARA 12 (DOZE) MESES (R\$)
01	<ul style="list-style-type: none">Contratação de empresa especializada na administração e emissão de cartões de vale alimentação para os funcionários da AMM de Cuiabá e do ERAMM em Brasília – DF com estabelecimentos credenciados em todo Território Nacional, conforme condições e especificações contidas no edital e seus anexos	90		

Valor Total da Proposta R\$ _____ (_____)**Eficácia da proposta:** _____ **Dias.****Prazo de entrega:** _____**Nome do Representante Legal da empresa:** _____**CPF:** _____ **RG:** _____

_____ de _____ de 2018.

Assinatura e carimbo

ANEXO VII**MINUTA DO TERMO DE CONTRATO N. XXX/2018**

TERMO DE CONTRATO ENTRE A
ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS
MUNICÍPIOS E A EMPRESA
.....

A **Associação Mato-grossense dos Municípios - AMM**, doravante denominada de contratante, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.234.260/0001-21, com sede na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, nº 3.920, CPA em Cuiabá-MT, neste ato representado por seu Presidente Sr. **Neurilan Fraga**, portador do CPF nº e RG nº SSP/MT, residente e domiciliado na, CEP:, - MT, e de outro lado a empresa, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, portadora da inscrição estadual de nº situada na Av. Bairro Cuiabá-MT, por seu representante legal, Sr., domiciliado à Av. tem entre si, justo e acordado por força deste instrumento, o presente CONTRATO, sujeitando-se às normas preconizados na Lei nº 8.666/93 e demais alterações, e no que consta do **Processo Licitatório nº 03/2018 modalidade Tomada de Preços nº 001/2018**, mediante as condições inseridas nas seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – Do objeto

1.1. O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços pela CONTRATADA à CONTRATANTE de administração e emissão de documentos de legitimação por meio de cartões eletrônicos, magnéticos ou outros oriundos de tecnologia adequada, que permitam a aquisição de gêneros alimentícios e refeições/lanches preparados, em estabelecimentos comerciais conveniados à Contratada, bem como a disponibilização, em tais cartões, dos respectivos benefícios (créditos), de acordo com os valores em moeda corrente nacional pré-determinados pela CONTRATANTE, e mediante pagamento das respectivas taxas previstas neste contrato, conforme quantitativos e valores a seguir, que representam o desembolso a ser efetuado pela CONTRATANTE:

Item	ESPECIFICAÇÃO	UNID .	Nº CARTÕES	VALOR MENSAL POR CARTÃO ESTIMADO	VALOR GLOBAL MÊS
01	Cartões alimentação	Cartão	90	R\$	R\$

- a) O valor de benefício concedido a cada funcionário poderá ser revisto e atualizado a qualquer tempo, a critério exclusivo da Contratante, que deverá comunicar a alteração à Contratada com antecedência de 05 (cinco) dias úteis à data prevista para os créditos mensais.
- b) O cartão a ser fornecido pela Contratada deverá possuir uma única senha numérica, com o mínimo de 04 (quatro) dígitos, de conhecimento restrito do usuário, pessoal e intransferível.
- c) A Contratada deverá dispor de central de atendimento ao usuário, por telefone e Internet.
- d) A Contratada deverá disponibilizar extratos, saldos e relatórios gerenciais via Internet.

1.2. A critério da CONTRATANTE, o objeto do presente contrato poderá sofrer supressões ou acréscimos e prorrogações, mantidas as condições comerciais pactuadas, mediante termo de aditamento

Cláusula Segunda – Do percentual da Taxa Administrativa e Recebimento

2.1. A CONTRATANTE pagará mensalmente, a taxa de administração no percentual de% (.....) equivalente a aproximadamente R\$ (.....), aplicável sobre a recarga/mês de cada cartão vale alimentação dos cartões de seus funcionários.

2.2. O recebimento do objeto desta licitação dar-se-á, por meio de servidor designado para este fim, da seguinte forma:

- a) PROVISORIAMENTE, para efeito de posterior verificação da conformidade da especificação e apresentação do relatório;
- b) DEFINITIVAMENTE, após a verificação da fidelidade da especificação, qualidade e a quantidade, conseqüentemente a aceitação.

Cláusula Terceira – Da Dotação Orçamentária

3.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO	01	ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS
UNIDADE	03	COORD ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
ATIVIDADE	2.003	MANUTENÇÃO ATIV. DA COORD. ADM. E

FINANCEIRA

ELEMENTO

3.3.90.39

OUTROS SERVIÇOS TERC. PESSOA JURÍDICA

Cláusula Quarta – Prazos Operacionais

4.1. A partir da data do recebimento da solicitação, serão seguintes os prazos para:

- 1ª Entrega dos cartões: 10 (dez) dias úteis
- Demais entregas de cartões: 07 (sete) dias úteis
- Créditos nos cartões: 05 (cinco) dias úteis
- Reemissão de cartões: 07 (sete) dias úteis
- Reemissão de senhas: 07 (sete) dias úteis

Cláusula Quinta – Condições de Pagamento

5.1. O pagamento será efetuado mensalmente, por meio de boleto bancário gerado pela Contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da efetivação dos créditos nos cartões dos funcionários da CONTRATANTE, mediante disponibilização eletrônica da documentação fiscal competente.

Cláusula Sexta – Alteração de Pedidos

6.1. A CONTRATANTE terá 72 (setenta e duas) horas a partir da entrada do pedido eletrônico, para solicitar alteração ou cancelamento parcial ou total do seu pedido de créditos. Após este prazo, o cancelamento ou alteração do pedido acarretará restituição do prazo inicial de processamento e liberação dos créditos. Em qualquer hipótese, não serão aceitos pedidos de cancelamento de emissão e/ou reemissão de cartões.

Cláusula Sétima – Dos Direitos e Responsabilidades das Partes**A) - DA CONTRATADA**

A CONTRATADA se compromete a:

- a) Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, no

desempenho dos serviços deste Contrato, ficando a Contratante isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;

b) Arcar com eventuais prejuízos perante a Contratante e/ou Terceiros, causados por seus empregados ou prepostos na execução dos serviços contratados;

c) Manter adequada rede de estabelecimentos credenciados, credenciando novos estabelecimentos mediante solicitação da Contratante, quando possível, de acordo com as regras da Portaria 03/2002 – PAT;

d) Reembolsar, pontualmente, os estabelecimentos comerciais pelo valor dos Vales Alimentação utilizados durante o período de sua validade, independentemente da vigência do Contrato, ficando estabelecido que a Contratante não responderá solidária ou subsidiariamente por esse reembolso, que é da única e inteira responsabilidade da Contratada;

e) Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Contratante no fornecimento dos Vales Alimentação/Refeição.

B) DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE se compromete a:

a) Comunicar à Contratada, em tempo hábil, o valor do benefício a ser creditado a cada funcionário, de acordo com o disposto no presente Contrato;

b) Manter sob sua guarda e controle os cartões, enquanto não distribuídos aos seus servidores, não se responsabilizando a Contratada, em nenhuma hipótese, pelo reembolso dos valores dos créditos que, em poder da Contratante ou dos seus servidores, venham a ser utilizados por terceiros;

c) Realizar o pagamento mensal dos serviços, no prazo estabelecido neste instrumento.

Cláusula Oitava – Alteração Contratual

8.1. Este CONTRATO poderá ser alterado nos termos do disposto no artigo 65 da Lei n.º 8.666/93, alterada pelas Leis n.º 8.883/94 e 9.648/98, mediante o correspondente TERMO DE ADITAMENTO.

8.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem em seu objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do CONTRATO.

Cláusula Nona – Penalidades

9.1. Sem prejuízo do disposto na cláusula de rescisão, a CONTRATADA sujeita-se às seguintes penalidades:

- a)** advertência por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, para as quais haja concorrido;
- b)** multa de 0,1% (um décimo por cento) incidente sobre o valor da encomenda, por dia de atraso que exceder o prazo fixado para a entrega dos serviços.
- c)** multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da média aritmética dos 03 (três) últimos fornecimentos, por quaisquer outras infrações contratuais.

9.2. Da aplicação de multas caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação do ato.

Cláusula Décima – Da Rescisão Contratual

10.1. A rescisão contratual poderá ser:

- I** - Determinada por ato unilateral e escrito da AMM, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8666/93;
- II** - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada do Presidente da AMM, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração.
- III** - A inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão pela Administração.

IV - Constituem motivos para rescisão do Contrato os previstos no art. 78 da Lei nº 8666/93.

V - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº 8666/93, sem que haja culpa do Contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

VI - A rescisão contratual de que trata o inciso I do artigo 78 acarretará as consequências prevista no artigo 80, incisos I a IV, da Lei nº 8666/93.

10.2. A Contratante reserva-se o direito de a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, mediante **aviso prévio com antecedência mínima de 30 (trinta) dias**, denunciar o Contrato para efeito de rescisão, ou sustar o fornecimento dos produtos e a execução dos serviços sem que por isso seja obrigado a suportar ônus de indenização, multa ou pagamento extra de qualquer natureza, com o que concordará a Contratada por meio de termo de rescisão assinado pelas partes.

Cláusula Décima Primeira – Da Vigência do Contrato

11.1. Este contrato terá vigência por um período de 12 (doze) meses, passando a vigorar a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme Lei 8.666/93.

Cláusula Décima Segunda – Do Valor do Contrato

12.1. Dá-se ao presente contrato o valor de R\$
(.....).

Cláusula Décima Terceira – Do Foro

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Cuiabá - MT, com renúncia expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Tendo estes termos contratados, assinam o perante as testemunhas abaixo.

Cuiabá-MT, de de 20.....

CONTRATANTE:



Associação Mato-grossense dos Municípios

www.amm.org.br | ammpresidencia@gmail.com

CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

1: _____

2: _____

